



**MUNICÍPIO DE  
BOA ESPERANÇA - ES**

# **RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

## **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - CÂMARA MUNICIPAL**

**RELUCI - TABELA 8 - ANEXO III - IN 43/2017**

**EXERCÍCIO 2018**



**TABELA 8**

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A  
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - CÂMARA MUNICIPAL**

**Emitente:** Controladoria-Geral do Município de Boa Esperança

**Unidade Gestora:** Câmara Municipal de Vereadores

**Gestor responsável:** Marcos Pereira dos Santos

**Exercício:** 2018

**1. RELATÓRIO**

**1.1. INTRODUÇÃO**

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.



## MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

### **Código: 1.3.1**

**Ponto de controle:** Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário

**Processos Administrativos analisados:** BALPAT e INVMOV; BALPAT e INVIMO; BALPAT e INVALM;

**Base legal:** CRFB/88, art.37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts.94 a 96

**Procedimento:** Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.

**Universo do Ponto de Controle:** Bens Móveis R\$ 169.977,47 (Cento e sessenta e nove mil, novecentos e setenta e sete reais e quarenta e sete centavos); Bens Imóveis R\$ 540.000,00 (Quinhentos e quarenta mil reais); e Bens Materiais R\$ 10.031,90 (Dez mil, trinta e um reais e noventa centavos)

**Amostra Selecionada:** Bens Móveis R\$ 187.044,11 (Cento e oitenta e sete mil quarenta e quatro reais e onze centavos);

Bens Imóveis R\$ 540.000,00 (Quinhentos e quarenta mil reais); e

Bens Materiais R\$ 10.983,45 (Dez mil novecentos e oitenta e três reais e quarenta e cinco centavos).

### **Código: 1.3.3**

**Ponto de Controle:** Disponibilidades financeiras, depósito e aplicação

**Processos Administrativos Analisados:** Extratos bancários, TVDISP e EXTBAN;

**Base Legal:** LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º do artigo 164 da CRFB/88

**Procedimento:** Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais

**Universo do Ponto de Controle:** Banco 021 - Agência 145 = total de 01 (uma) conta bancária

**Amostra Selecionada:** Banco 021 - Agência 145 = total de 01 (uma) conta bancária



## MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

**Código:** 1.3.4

**Ponto de Controle:** Disponibilidades financeiras, depósito e aplicação

**Processos Administrativos Analisados:** Extratos bancários; TVDISP; EXTBAN; BALPAT; BALFIN; DEMFCA

**Base Legal:** Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96

**Procedimento:** Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.

**Universo do Ponto de Controle:** Quanto ao Item 1.3.4 informamos que fizemos a confrontação entre os valores depositados nas contas correntes e aplicações financeiras com os valores registrados nos extratos bancários no final do exercício e verificamos que ambos são compatíveis

**Amostra Selecionada:** Quanto ao Item 1.3.4 informamos que fizemos a confrontação entre os valores depositados nas contas correntes e aplicações financeiras com os valores registrados nos extratos bancários no final do exercício e verificamos que ambos são compatíveis.

**Código:** 1.4.7

**Ponto de Controle:** Despesa com pessoal - limite

**Base Legal:** LC 101/2000, arts. 19 e 20

**Tipo de Procedimento:** Conformidade (Revisão Analítica)

**Procedimento:** Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados

**Universo do Ponto de Controle:** Os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos arts. 19 e 20 LC 101/2000 foram atendidos, já que o total da despesa com remuneração de pessoal no exercício de 2018 resultou no percentual de 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento), portanto, não ultrapassou o montante de 6% (seis por cento) da receita corrente líquida do Município do presente exercício, atendendo ao que disciplina a alínea "a", do inciso III, do Art. 20, da Constituição Federal.



## MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

**Código:** 1.4.8

**Ponto de Controle:** Despesas com pessoal - descumprimento de limites - nulidade do ato

**Base Legal:** LC 101/2000, arts. 21

**Procedimento:** Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF

**Universo do Ponto de Controle:** Não foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal no exercício em análise.

**Código:** 1.4.10

**Ponto de Controle:** Despesas com pessoal - limite prudencial - vedações

**Base Legal:** LC 101/2000, art. 22, parágrafo único

**Procedimento:** Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas

**Universo do Ponto de Controle:** Sabe-se que o limite de gasto total com pessoal é de 6% (seis por cento) sobre a receita corrente líquida apurada e o limite prudencial é aquele que atinge 95% desse máximo (5,7%), nos termos do Art. 22, parágrafo único, da LC 101/2000. Portanto, nota-se que as despesas totais com pessoal estabelecidos nos Arts. 19 e 20 LC 101/2000 não excederam os 95% do limite máximo permitido, já que o total da despesa com remuneração de pessoal do Poder Legislativo Municipal no exercício de 2018 resultou no percentual de 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento). Informação semelhante foi prestada no Item 1.4.7.

**Código:** 1.4.11

**Ponto de Controle:** Despesas com pessoal - extrapolação do limite - providências/medidas de contenção

**Base Legal:** LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º

**Procedimento:** Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas o artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas



## MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

**Universo do Ponto de Controle:** O limite máximo de gasto total com pessoal é de 6% sobre a receita corrente líquida apurada e o limite prudencial é aquele que atinge 95% desse máximo (5,7%), nos termos do Art. 22, parágrafo único, da LC 101/2000. Assim, verifica-se que as despesas totais com pessoal estabelecidos nos Arts. 19 e 20 LC 101/2000 não ultrapassaram o limite máximo estabelecido pela lei, já que o total gasto com pessoal do Poder Legislativo Municipal no exercício de 2018 resultou no percentual de 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento). Informação semelhante foi prestada nos Itens 1.4.7 e 1.4.10.

### **Código:** 1.4.13

**Ponto de Controle:** Poder Legislativo Municipal - despesa com folha de pagamento

**Base Legal:** CRFB/88, art. 29-A, § 1º

**Procedimento:** Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício

**Universo do Ponto de Controle:** O gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício, conforme demonstrado no Balancete Analítico da Despesa Orçamentária e nas Razões do Plano de Contas dos itens que compõem a folha de pagamento (subsídios; vencimentos e salários; férias; e décimo terceiro). O valor do duodécimo repassado à Câmara Municipal em 2018 foi de R\$ 1.791.307,93 (Um milhão setecentos e noventa e um mil trezentos e sete reais e noventa e três centavos), constante do Balanço Financeiro (BALFIN). Ao aplicarmos o percentual de 70% sobre o valor do duodécimo obteremos o montante de R\$ 1.253.915,55 (Um milhão duzentos e cinquenta e três mil novecentos e quinze reais e cinquenta e cinco centavos). Já o valor total gasto pela Câmara Municipal com folha de pagamento foi de R\$ 1.180.152,12 (Um milhão cento e oitenta mil cento e cinquenta e dois reais e doze centavos), nos termos descritos no DEMVAP do Exercício 2018. Portanto, é possível concluir que a Câmara Municipal não realizou gastos com a folha de pagamento acima do limite de 70% contido no Art. 29-A, da Constituição Federal.



## MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

**Código:** 1.4.17

**Ponto de Controle:** Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - fixação

**Base Legal:** CRFB/88, art. 29, inciso VI

**Procedimento:** Avaliar se a fixação do subsídio dos vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra

**Universo do Ponto de Controle:** Os subsídios dos vereadores foram fixados em cumprimento aos limites máximos estabelecidos no Art. 29, inciso VI, da CFRB/88 e em consonância com os valores fixados de uma legislatura para outra, previsto na Lei Municipal nº 1.608/2016, conforme demonstrado nas Fichas Financeiras Detalhadas (FICPAG e FIXSUB) do exercício de 2018 de todos os Vereadores anexadas à documentação emitida pela Câmara Municipal. A Constituição Federal estabeleceu que o valor máximo dos subsídios dos vereadores seria limitado a 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, conforme verifica-se abaixo:

**Art. 29.**

(...)

VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:

(...)

b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (grifo nosso)

No Estado do Espírito Santo, conforme dispõe a Lei Estadual nº 10.317/2014, foi fixado em R\$ 25.322,25 (Vinte e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos) o subsídio do Deputado Estadual a partir da legislatura de fevereiro/2015, e o subsídio dos vereadores do Município de Boa Esperança/ES é de R\$ 4.915,00 (Quatro mil novecentos e quinze reais), ou seja, o Poder Legislativo Municipal está em estrito cumprimento à legislação em vigor.

**Código:** 1.4.18

**Ponto de Controle:** Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - pagamento

**Base Legal:** CRFB/88, art. 29, inciso VI

**Procedimento:** Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88



## MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

**Universo do Ponto de Controle:** Os subsídios dos vereadores foram pagos nos termos estabelecidos no art. 29, inciso VI, da CRFB/88, atendendo aos limites máximos fixados e ao valor estabelecido de uma legislatura para outra (Lei Municipal nº 1.608/2016), conforme demonstrado nas Fichas Financeiras Detalhadas (FICPAG) do exercício de 2018 de todos os vereadores anexadas à documentação emitida pela Câmara Municipal.

**Código:** 1.4.19

**Ponto de Controle:** Despesas com pessoal - remuneração vereadores

**Base Legal:** CRFB/88, art. 29, inciso VII

**Procedimento:** Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do município

**Universo do Ponto de Controle:** Considera-se receita do Município toda a receita realizada pelo Município em 2018, a qual pode ser constatada no RELGES o valor de R\$ 45.452.210,81 (Quarenta e cinco milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil duzentos e dez reais e oitenta e um centavos). Assim, ao aplicarmos o percentual de 5% sobre o este montante obteremos o valor de R\$ 2.272.610,54 (Dois milhões duzentos e setenta e dois mil seiscentos e dez reais e cinquenta e quatro centavos) o qual, se comparado ao total da despesa com remuneração dos vereadores no exercício de 2018 será possível perceber que tal limite não foi alcançado e, portanto, a Câmara Municipal atendeu o inciso VII, do Art. 29, da CF.

**Código:** 1.4.20

**Ponto de Controle:** Poder Legislativo Municipal - despesa total

**Base Legal:** CRFB/88, art. 29-A

**Procedimento:** Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior

**Universo do Ponto de Controle:** O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos,





## MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

não ultrapassou o percentual de 7% definido no inciso I, do Art. 29-A, da CRFB/88, conforme demonstrado na documentação apresentada referente ao exercício de 2018, dos itens que compõem a folha de pagamento (subsídios, vencimentos, salários e férias). Portanto, a Câmara Municipal não ultrapassou o percentual de 7% definido no Art. 29-A, da CRFB/88.

### **Código: 2.2.13**

**Ponto de Controle:** Créditos adicionais - autorização legislativa para abertura

**Base Legal:** CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64

**Procedimento:** Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes

**Universo do Ponto de Controle:** Não houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial **sem prévia autorização legislativa** e sem indicação dos recursos correspondentes, conforme verifica-se no Demonstrativo de Créditos Adicionais (DEMCAD) do exercício de 2018 disponibilizado pela Câmara Municipal e conforme permissão contida na LOA 2018 (Art. 6º da Lei Municipal nº 1.650/2018).

### **Código: 2.2.14**

**Ponto de Controle:** Créditos adicionais - decreto executivo

**Base Legal:** Lei nº 4.320/1964, art. 42

**Procedimento:** Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo

**Universo do Ponto de Controle:** É possível vislumbrar no Demonstrativo de Créditos Adicionais (DEMCAD) do exercício de 2018 que ocorreu suplementação de crédito neste exercício e que todas foram devidamente autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo através de decreto.

### **Código: 2.6.3**

**Ponto de Controle:** Pessoal - contratação por tempo determinado

**Base Legal:** CRFB/88, art. 37, inciso IX

**Procedimento:** Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação



## MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público

**Universo do Ponto de Controle:** Não foram realizadas contratações que se destinam ao atendimento de necessidade temporária e excepcional interesse público pela Câmara Municipal no exercício de 2018.

**Código:** 2.6.4

**Ponto de Controle:** Pessoal - teto

**Base Legal:** CRFB/88, art. 37, inciso XI

**Procedimento:** Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88

**Universo do Ponto de Controle:** O teto remuneratório dos servidores públicos vinculados à Câmara Municipal obedeceu ao limite constitucional do subsídio do Prefeito Municipal (R\$ 10.500,00 fixado pela Lei Municipal nº 1.607/2016), cumprindo, portanto, o disposto no Art. 37, inciso XI, da CRFB/88.

### 1.2. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

Não foram constatadas irregularidades no exercício de 2018 quando da aplicação das técnicas de auditoria na verificação de processos e procedimentos de controle, escopo apresentado no item anterior e em vista dos procedimentos verificados neste relatório.

Não foram apresentadas proposições ao gestor responsável em face da ausência de registro de irregularidades, entretanto, reforçamos as medidas para o desenvolvimento do Sistema de Controle Interno na administração pública.

### 1.3. PONTOS DE CONTROLE DA TABELA REFERENCIAL 1, CONSTANTES DO ANEXO III DA IN TC Nº 43/2017, NÃO SELECIONADOS PARA AVALIAÇÃO

Quanto aos pontos de controle sugeridos para avaliação, por meio de auditoria ou de análises de conformidade, constantes da Tabela Referencial 1 do Anexo III da IN TC nº 43/2017, apenas os pontos que estão elencados na tabela de que trata o item 1.1 foram selecionados pela auditoria interna, de acordo com o PAAINT 2018.



## MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

Os demais pontos não selecionados não foram avaliados por esta Unidade Central de Controle Interno no ano de 2018 devido ao fato de que o planejamento da auditoria se baseou nos pontos de controle constantes da Tabela 7 do Anexo II da IN TC nº 34/2015, visto que a IN TC nº 43/2017 foi publicada do Diário Oficial Eletrônico do TCEES e entrou em vigor somente quando os trabalhos da auditoria interna já estavam em estágio avançado de análise acerca do planejamento estabelecido. Ressaltamos que tais pontos serão avaliados durante o exercício em curso.

### 2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Marcos Pereira dos Santos, relativa ao exercício de 2018, com objetivo de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do Município;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas sob exame representam **adequadamente** a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal, bem como, a prática de atos de gestão, no exercício a que se refere, observando-se a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.



## MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

### 2.1 RESSALVAS

A Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Vereadores de Boa Esperança/ES foi recebida nesta Controladoria-Geral no dia 11 de março de 2019, através do e-mail [controladoria@boaesperanca.es.gov.br](mailto:controladoria@boaesperanca.es.gov.br).

No exercício de 2018 a Controladoria-Geral do Município contou com uma equipe de apenas 02 (dois) servidores, conforme quadro de pessoal descrito abaixo:

Quantidade	Cargo	Formação
01	Controlador-Geral do Município	Direito
01	Contador	Ciências Contábeis

O Portal da Transparência tem por objetivo disponibilizar informações sobre a gestão no que tange a execução orçamentária e financeira em tempo real, possibilitando a qualquer cidadão verificar a correta aplicação dos recursos públicos. Deste modo, o Portal da Transparência do Município vem sofrendo mudanças desde o exercício de 2016 para atender as demandas do cidadão e as legislações existentes. No exercício de 2017 o Portal da Transparência teve melhorias significativas e atualizações constantes, o que levou o município a ficar em 1º lugar na auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Boa Esperança/ES, 25 de março de 2019.

### Equipe de Elaboração

**Cleuton Ladislau**  
*Controlador-Geral do Município*

**Nayanna Chaves de Oliveira Pasti**  
*Contadora*